

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

CENTRALIDADE AMBIENTAL X INVISIBILIDADE URBANA

Rosane Albino Steinbrenner (UFPA)

# Centralidade Ambiental x Invisibilidade Urbana<sup>1</sup>

## (ou os novos “fantasmas” da Amazônia)

### Resumo

Desde os relatos de viajantes a partir do sec. XVI até as narrativas recentes, presentes na mídia, a representação do espaço amazônico é cunhada pela noção do *exotismo*, revertido recorrentemente em *estranhamento* ou *encantamento* diante da “terra incógnita” - esta, entendida, repetidamente, como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária, na atualidade. Tal centralidade ambiental, seja como for, tende a promover a invisibilidade de grupos humanos, em especial, na atualidade, das populações urbanas da Amazônia. Uma opacidade de caráter contraditório, considerando-se o intenso processo de urbanização que vem se dando na região. A proposta deste trabalho, com mera pretensão de ensaio, é discutir a *invisibilidade* do urbano na Amazônia como efeito colateral de uma *centralidade ambiental* estratégica e polifônica, ou seja, reconhecível nas várias vozes que disputam a imposição de sentido do que vem a ser “Amazonia”.

---

<sup>1</sup> Artigo enviado para seleção pelo Comitê Científico do XII ENAMPUR, Belém, 2006.

## Introdução

Não é de hoje que a imagem da Amazônia é pautada pela temática ambiental. Desde os relatos de viajantes a partir do sec. XVI, relatados em inúmeros estudos (LA CONDAMINE, 1972; GONDIM, 1994; CONCEIÇÃO, 1996) até os discursos recentes, presentes na mídia (DUTRA 2004; BUENO, 2002), a representação do espaço amazônico é cunhada pela noção do *exotismo*, revertido recorrentemente em *estranhamento* ou *encantamento* diante da “terra incógnita” - esta, entendida, repetidamente, como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70 ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária, na atualidade. Seja como for, a floresta surge como atributo máximo de classificação da Amazônia, o que por si só reforça, em paralelo, a idéia de *desumanização* do espaço, traduzida, por exemplo, na noção emblemática do “vazio demográfico”.

Tal centralidade ambiental - se louvável pelo que significa de avanço nas formas de pensar e conviver com o ambiente, com rebatimento nas racionalidades que determinam os rumos do desenvolvimento regional, ainda que discutível sua efetividade (FERNANDES, 2003) – tende, por outro lado, a promover a invisibilidade de grupos humanos, em especial das populações urbanas da Amazônia. Esta opacidade do urbano na região, que aparece nos vários campos discursivos que disputam a definição de sentido da Amazônia tem um caráter contraditório e perverso. Contraditório, quando analisadas as taxas de urbanização na Amazônia e as dinâmicas demográficas, como o crescimento de fatores de morbidade típicos da deterioração da qualidade de vida em metrópoles, por exemplo, os resultantes de fatores como stress e violência urbana. Perverso, porque esta aparente invisibilidade desses segmentos populacionais como que neutraliza, na medida em que tende a “naturalizar”, a escassez de políticas voltadas a melhorar os dramáticos indicadores sociais das cidades amazônica.

É bem verdade que, na última década as populações tradicionais (populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos), a partir do entendimento etnoecológico, ganharam a conotação de aliados da conservação dos recursos naturais, conquistaram defensores, mobilizaram-se, ganharam visibilidade e de alguma forma inseriram-se ou foram inseridos na agenda pública (COSTA; 1999). Com as populações urbanas da região não acontece o mesmo. Nesse sentido, na atualidade, são as populações urbanas - ao olhar do poder político e econômico - os grandes *fantasmas* da Amazônia.

Ainda que questões culturais, como a existência de uma identidade “amazônida” e suas correlações de pertencimento, não serem o foco desse ensaio, algo instigante é pensar que esta opacidade em relação ao urbano não atingiria tão somente o imaginário exógeno (visões de externos) mas também o imaginário endógeno de amazônidas urbanitas, dominado por noções de sentido a partir de idéias simplificadoras e generalizantes, potencializadas pelo poder homogeneizante da mídia globalizada, que apóia permanentemente suas narrativas sobre a Amazônia numa centralidade ambiental de caráter monumental e exótico. Com isso, quer-se inferir que tal categoria social – a população urbana da Amazônia - também diante do “espelho” se *invisibiliza*, reforçando a idéia de sua quase “ausência” nesse cenário “verde”.

Inquietações quanto ao enfrentamento e superação dessa pretensa dicotomia centralidade ambiental/invisibilidade urbana na Amazônia começam a ganhar corpo nas agendas de pesquisa. O recente Seminário Internacional “Cidades na Floresta”<sup>1</sup> e a própria realização do XII Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional), ambos em Belém, apontam para esse caminho de retomada de um olhar, diga-se, mais sociológico em contraposição a um certo biologismo que dominou as análises das dinâmicas regionais nas últimas duas décadas e meia. A dimensão que tal reflexão exige, evidente, não pode encontrar abrigo neste artigo. Ao que ele se propõe é ser mero ensaio na articulação de elementos e referentes que possam ilustrar a conformação dessa centralidade ambiental dos discursos amazônicos, no sentido de apontar algumas de suas contradições e contribuir talvez para a discussão de suas possíveis controvérsias.

Ele divide-se em duas partes, além de sua introdução e conclusão. Em cada uma delas, recorre à interdisciplinariedade para tentar dar conta da tarefa a que se propõem. Na primeira, vai buscar em estudos sobre as representações e imaginário da Amazônia (DUTRA, 2002, 2005; BUENO, 2004; HOLANDA, BECKER, 1992; PAES LOUREIRO, 1995; MENDES, 1974; GONDIM, 1994) as marcas discursivas que irão delinear, desde o chamado “impressionismo amazônico” dos primeiros cronistas, uma regularidade na construção de uma imagem alienígena idealizada da Amazônia que, alçadas ao senso comum pela visibilidade midiática, mantém-se até hoje, como “visões que alimentam lembranças do passado e povoam nosso inconsciente” (BELUZZO, 1996, p.15).

. Na segunda parte, através de elementos demográficos e do estudo das populações amazônicas (BROWDER & GODFREY, 2006; ROCHA, 2005; SAWYER, 1987; MACHADO, 1999; REY et al, 2004; BECKER, 1992, 2004, 2005), procura-se justamente trazer um retrato do atual cenário da urbanização da Amazônia, não considerado suficientemente, como parte essencial dessa Amazônia “real”. Com esse estreito recorte,

pretende-se provocar uma discussão em torno da produção do discurso sobre a Amazônia e, nesse sentido, apontar as contradições e os riscos de uma conseqüente abordagem ambiental reducionista diante do evidente processo de rápida urbanização da região.

## **I. Elementos da Amazônia mítica**

Para a maior parte das teorias<sup>2</sup>, crucial é a idéia de que os mitos não estão relacionado com o espaço e o tempo comuns, mas se encontram fora deles(OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996). A aura mítica manifesta em expressões lendárias, como “era uma vez”, o “fim da história” ou a “Aurora dos Tempos”, assim como o mais recorrente dos mitos em torno do Novo Mundo - o do Eldorado - implica eventos passados ou futuros que não estão diacronicamente ligados ao presente. Os que participam do mito, seja como narradores ou receptores, segundo Eliade (1968, p.34), a exemplo da idéia de “devaneio poético” defendida por Paes Loureiro (2002) em sua construção do imaginário amazônico, seriam transportados temporariamente do mundo cotidiano para um plano onde o tempo é considerado “sacro”, “concentrado” e de “intensidade ampliada”.

Essa percepção sacralizada, através de um jogo de metáforas e vocábulos de caráter mítico e mágico é algo recorrente na série de enunciados descritivos sobre a Amazônia . Encantamento e estramento diante da terra incógnita, considerada ora paraíso ora inferno na terra, estão presente nos primeiros relatos de viajantes no século XV e XVI e expedições de naturalistas europeus e americanos no séculoXIX : nas obras de autores brasileiros do início do século XX (Euclides da Cunha e Afonso Rangel); nos discursos de presidentes de meados do século passado em viagem à região (Getúlio e Juscelino), no discurso atual da mídia (filmes comerciais, documentários e reportagens especiais de televisão, jornais e revistas).

Para melhor compreender as imagens criadas ao longo do tempo por múltiplos discursos sobre a Amazônia entende-se discurso como prática social, como o “lugar” onde se materializam as ideologias, como campo de disputa de sentido, através da linguagem e de outras semióticas com que se constróem os textos (FOUCAUT,1995, 1979; BATHKIN,1995; BOURDIEU, 1989).

Ainda que diferentes em sua forma e dispersos no tempo, os relatos descritivos sobre essa porção do Brasil podem ser entendidos como um conjunto de enunciados com um mesmo enquadrinhamento do objeto: a “Amazônia”, percebida e descrita sob o olhar dos *descobridores*, isto é, daqueles que se colocam na posição de revelar algo que antes não existia para o conhecimento estabelecido (DUTRA, 1999) e que ao dar nome e forma ao

“desconhecido” adquirem o domínio da descoberta. Como se a Amazônia nascesse ao ser relatada pelo imaginário de seu enunciador.

### **Relatos de viajantes e expedições naturalistas**

Os primeiros viajantes a penetrar pelo rio-mar da terra desconhecida vinham em busca de lendas que revelavam uma dupla motivação: os fatores econômicos e a curiosidade. A busca pelo “país do Eldorado e da canela” atraiu Francisco Orellana (1541-1542) no que seria a primeira expedição europeia do grande rio, rebatizado pelos espanhóis como “das Amazonas” (MAUÉS, 1999), numa referência à imagem mágica de *mulheres guerreiras*, numa clara referência à mitologia clássica que influenciava com a ideia do éden na terra o imaginário do conquistador europeu. Segundo Buarque de Hollanda (1977), as expedições lusitanas já no século XVI, dominadas pelo sentimento cristão do imaginário medieval, vinham seduzidas não tanto pelo eldorado mas pela ideia do “paraíso” ou inferno” terrestre.

(...)todo o mundo lendário nascido nas conquistas castelhanas e que suscita eldorados, amazonas, serras da prata, lagoas mágicas, fontes da juventude, tende antes a adelgar-se, descolorir-se ou ofuscar-se, desde que se penetra na América lusitana (HOLLANDA; 1977, p.126)

Como nenhum outro, segundo GONDIM (1994), os relatos da viagem de Pedro Teixeira, na primeira expedição de caráter oficial a percorrer o Rio Amazonas (1637-1639), feitos pelo jesuíta Cristóbal de Acuña, sintetizam as crônicas dos viajantes antigos e medievais, fundindo o onírico e o científico. “Acuña acredita que encontrou o Paraíso na Terra [...], vale-se de coordenadas geográficas para tornar verossímeis as notícias fantásticas” e “induz o leitor a aceitar as maravilhas e monstruosidades que não viu, somente ouviu, mas que aceitou como verdadeiras.” (GONDIM, 1994, p.97).

Com abertura da navegação do Amazonas e dos portos brasileiros em 1808, várias expedições de naturalistas europeus e americanos percorre a bacia do Rio Amazonas. “Desde meados do século XVIII, a Europa se lança a um “redescobrimento” do mundo, mas agora com intuítos muito distintos, que se remetem principalmente a uma apropriação *científica* da natureza “selvagem” dos trópicos” (MEDEIROS HAUERTA, 2006). Diz a autora:

A natureza dessacralizada que surge com o triunfo do Iluminismo é um espaço aberto para pesquisas de todo o tipo, que a dissecam, expliquem, diferenciem, classifiquem. E é neste contexto que a natureza americana passa a ser investigada com outros olhos: ela não necessariamente é melhor, mas nada indica a sua inferioridade; ao contrário, a diversidade da vegetação, a vivacidade das cores, a pluralidade de formas leva a um deslumbramento diferente do fantasioso: esta natureza, além de bela, é dotada de riqueza e potencial. Os modelos europeus têm que se render ao trópico, sem deixar de controlá-lo, no entanto. (MEDEIROS HAUERTA, 2006, p.

Os mais conhecidos naturalistas que percorrem o Amazonas no século XIX são o Barão de Langsdorf, Spix e Martius, Wallace e Bates, e o casal Agassiz (BUENO, 2002, p.46). Como fatores propulsores de suas viagens transatlânticas, além da curiosidade e o interesse científico de registrar o pitoresco mundo natural amazônico aos olhos dos europeus, está a busca por riquezas, instigada por informações que lhes chegavam de florestas e riquezas naturais não exploradas (BUENO, 2002).

Segundo Manthorne (1996), entre os mitos que atraíam esses aventureiros, “o do Eldorado provou ser historicamente o mais importante” (MANTHORNE apud BUENO, 2002, p.47). Quase dois séculos depois dos primeiros viajantes, a lenda da época da colonização que falava de uma cidade cujas construções seriam todas feitas de ouro maciço e cujos tesouros existiriam em quantidades inimagináveis continuava, no século XIX, a compelir aventureiros a cruzarem o oceano e embrenharem-se na Amazônia, assim como tempos depois iria atrair milhares de migrantes pelas promessas do “ouro negro” no auge do ciclo da borracha ou, mais recente, do “ouro amarelo” nos garimpos no interior da floresta. Também a idéia da “última fronteira” ou do acesso fácil à uma *terra sem lei e sem dono* e até mesmo a noção atual globalizada da *megabiodiversidade amazônica* podem ser entendidas como formas recontextualizadas do mito do Eldorado amazônico.

### **De paraíso à inferno verde**

No final do século XIX, na fase áurea do “ciclo da borracha”, difunde-se a noção da Amazônia não mais como o paraíso na terra, mas como sua antítese. A expressão “inferno verde”, título da obra ficcional de Alberto Rangel (1904), vai apresentar a floresta como um grande obstáculo para a ação do homem. Apesar de reconhecer a convivência harmoniosa entre o nativo e o meio e de criticar a ambição desenfreada dos exploradores, Rangel vai defender, no discurso final do narrador de sua obra, que a floresta, então personificada, guarda a esperança de se tornar “obra de civilização” somente pelas mãos de “raças superiores”, dotadas de firmeza e inteligência e “providas de dinheiro”.

Inferno é o Amazonas...inferno verde do explorador moderno, vandalo inquieto, com a imagem da amada das terras d’onde veio carinhosamente resguardada na alma anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resito à violência dos estrupadores...Mas, enfim, o inferno verde, se é a gehenna de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida à raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização. (RANGEL, 1927, p. 280)

Contemporâneo e amigo de Rangel, Euclides da Cunha, ainda que na defesa da relação homem-natureza, ao prefaciar o livro *Inferno Verde*, compara a Amazônia à uma página

inacabada da gênese, da qual resulta uma natureza portentosa em demasia diante da fragilidade do homem local.

Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese.[...] É a terra moça, a terra infante, a terra em ser, a terra que ainda está crescendo... Agita-se, vibra, arfa, tumultua, desvaira. As suas energias telúricas obedecem à tendência universal para o equilíbrio, precipitadamente. A sua fisionomia altera-se diante do espectador imóvel. Naquelas paisagens volúveis imaginam-se caprichos de misteriosas vontades[...] Ora, entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem. (CUNHA, 2001, p.329-30)

Esta imagem da Amazônia, a ser domesticado pela ação alóctone, que vê o autóctone como inferior, indolente ou incapaz de vencer este *gigante natural*, tão presente no discurso oficial integracionista e desenvolvimentista da Amazônia até os final dos anos 70, repousa num olhar bem anterior, presente por exemplo na obra do naturalista francês do século XVIII, Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, um dos maiores representantes da ideologia eurocentrista e da crença na inferioridade do continente americano. Segundo o conde Buffon, que publica o livro *História Natural, geral e particular* em 1749, sem nunca ter pisado nas Américas, “o continente americano em seu estado bruto era hostil ao homem, com suas paisagens pantanosas, inundadas e fétidas, sendo seus habitantes selvagens, “primos” dos animais, marcados pela insensibilidade e pela imaturidade” (MEDEIROS LAHUERTA, 2006).

Nesse sentido, como diz Bueno (2002), “a imagem da Amazônia como inferno verde pode ter servido de justificativa a sua devastação exploradora”, na medida em que “transforma a floresta num inimigo a ser vencido. E desta forma ela passou a ser encarada, principalmente a partir da década de 50, do século XX”.(BUENO, 2002, p.63).

### **Centralidade ambiental x Invisibilidade humana: o “vazio demográfico”**

No período que vai de 1966 a 1985, impera o modelo nacional desenvolvimentista, inaugurado na Era Vargas com a intervenção do Estado na economia e no território. Na perspectiva de “integrar para não entregar” a Amazônia, a partir da noção do “vazio demográfico, foram realizados pesados investimentos governamentais e externos em grandes obras de infra-estrutura na região, voltados ao interesse do grande capital. Grandes rodovias nacionais foram construídas, vários projetos de colonização foram criados, a pecuária se expandiu, a exploração madeireira tornou-se uma atividade de grande importância econômica local e investimentos públicos significativos foram depositados em grandes projetos hidrelétricos e de mineração (HOMMA, 2002, COSTA, 1997, BECKER, 2004, MATTOS et al, 2001, MAUÉS, 1999).

Na defesa da ocupação do espaço “vazio” milhares de migrantes, desinformados sobre as reais condições locais, foram atraídos pela promessa renovada do Eldorado. Por outro lado,

desconsideraram as populações já existentes assim como os primeiros colonizadores o haviam feito com as populações indígenas quando aqui chegaram. Mais uma vez a (re) invenção recorrente da Amazônia pelo olhar e discurso dominante alienígena que desconsidera os interesses regionais.

Castro (2004), em palestra sobre a Terra do Meio<sup>3</sup>, apontava a idéia *genesalógica* como uma grave impropriedade do discurso histórico sobre a Amazônia. Dizia Castro ao se referir à uma das últimas áreas de floresta amazônica relativamente intacta no Estado do Pará, estendendo-se por cerca de oito milhões de hectares entre os rios Xingu e Tapajós, no Pará, que vive intenso conflitos pelo uso inadequado da ocupação da terra (FERREIRA, 2004):

[...] é como se o Xingu nascesse agora, sem sua milenar presença de povos indígenas, tão diversos em suas etnias e culturas, ou pelos sinais deixados pelas famílias de colonos assentados ainda no regime sesmarial, enfim, pela história já centenária de castanheiros, seringueiros, homens e mulheres que fizeram o passado e estão vivas no presente dessa região. Aliás, a Amazônia, sobretudo a partir da década de 70, quando passa a ser mais falada, aparece no cenário nacional e internacional como algo que nasce do nada. Essa representação não está presente apenas nos EIAs/RIMAS de grandes projetos, mas por pesquisadores, inclusive nossos colegas das ciências sociais. É importante que se exija, tanto na academia como nos trabalhos de pesquisas produzidos por ONG's, o respeito à história de uma região de seus atores e interlocutores.

Importante ressaltar que, do Eldorado e paraíso terrestre dos primeiros cronistas, passando pelo império das “drogas do sertão” dos primeiros tempos do domínio português; pela idéia de “celeiro do mundo” sob inspiração pombalina, que desejava promover a agricultura de exportação na região; pela noção do “pulmão do mundo” há muito considerada ultrapassada pelos cientistas; até a noção mais recente da megabiodiversidade amazônica, construída a partir dos anos 90; os fatores de “auratização”, como coloca Paes Loureiro(1995) ficam evidentes nas várias formas de relatar os distintos contatos com a região. A aura mítica sobre a região como uma impressão constante: a Amazônia como “um bem único e universal, impossível de ser recuperado, se destruído; riqueza de fauna e flora cujo desaparecimento” representaria uma perda insubstituível; “acervo de formas de vida incalculáveis, como se ela fosse o fecundíssimo útero do universo;[...] presença constitutiva de valores intranferíveis e intransportáveis”. Continua Loureiro:

Para o viajante comum ou o estudioso, este constitui um princípio instaurado, princípio segundo o qual a Amazônia é concebida como um bem único e irrepitível, revelador de um *hic et nunc* que é o resultado de uma acumulação de signos do imaginário universal.[...] Percebe-se nas relações estilizantes com o real da Amazônia, que há um maravilhamento do homem, o que é próprio de quem está diante de algo que é imenso e diante do qual a pequenez do homem se evidencia. (LOUREIRO, 1995, p. 60-61)

Para Dutra (2005), a regularidade dos relatos, pretéritos ou hodiernos, sobre a Amazônia, sob a lógica e estratégia dominante, “se estruturam a partir de elementos que

colocam a Amazônia como espaço que se destaca por suas possibilidades de solução de problemas que lhe são externos” (DUTRA, 2005, p.57). Nesse sentido, “o desconhecimento e o aparente deslumbramento recorrentes do Brasil a respeito da Amazonia não são fruto de mero descaso ou de observações fortuitas, mas são, antes, elementos de uma postura ideológica. E continua ele: “para o Brasil, tanto quanto o foi para os primeiros senhores, a região somente tem sentido, geopolítico e, conseqüentemente militar, a partir da manutenção de sua política de estoque de riquezas naturais” (DUTRA, 1999, p.4).

Nesse sentido, ainda que dispersos no tempo, o conjunto de relatos sobre a Amazônia, criam, usando o conceito de Bourdieu (1989) uma representação mental sobre a região, que tem, segundo Bueno (2002) a “paisagem da floresta” - excluindo os povos (populações tradicionais ou urbanitas) que nela habitam - e, mais especificamente, a “domesticação da natureza como elemento presente em todos eles, apesar de suas diferentes finalidades e distintos meios propostos para alcançá-la” (Bueno, 2002, p.165). Nesse sentido, recorrendo mais uma vez à Dutra, pode-se compreender que:

Distinta entre outros *lugares*, a Amazônia, como enunciado catalisador de múltiplos discursos, mantém e realça fragmentos daqueles sentidos que podemos considerar como fundadores dos discursos das *descobertas*, produto e produtores de uma polarização instituída por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e , no mesmo processo, promove a invisibilidade humana. (DUTRA, 2005, Introdução, s/n)

### **“Amazônia” na mídia e política**

Tal centralidade ambiental se evidencia de forma contumaz no discurso midiático, narrador privilegiado a construir o imaginário popular e a influenciar os outros campos de disputa de sentido do que vem a ser “Amazônia”. Como coloca Fiorin (1995), todos os textos e imagens apresentados pela imprensa, assim como aqueles produzidos por outros campos sociais, materializam uma ideologia, compreendida como visão de mundo, que é sempre “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social (1995, p.29).

O que se percebe, a partir de estudos sobre o discurso midiático sobre a Amazônia - como os já citados aqui, de Manuel Dutra (2005) e Magali Bueno(2002), mas também fruto da observação como profissional da área - é que a temática ambiental, impregnada por *reiteraões* dos mitos e imaginário histórico de caráter exótico e pela *explicitação* de uma permante *redescoberta*, que agora se dá pelo auxílio das tecnologias da mídia” (DUTRA, 2005, p.257), domina o espaço destinado à cobertura dos “fatos” relativos à Amazônia. A “imensidão” da região; ainda “misteriosa” e mágica; a louvação à natureza, a seu “incalculável” estoque genético ou as denúncias de “devastação”, “desmatamento” da floresta

e “destruição” das riquezas naturais são temas centrais nas pautas jornalísticas sobre a Amazônia, seja em programas de TV, jornais e revistas (BUENO, 2002). Ou seja, como diz Dutra, não há *novidade* nos sentidos sobre a Amazônia veiculados pela mídia.

De certa forma, essa repetição de sentidos pode ser percebida também no campo político, de maneira ainda mais nítida durante o período eleitoral, quando o discurso de campanha é discurso político e publicitário. A característica de sedução ou comoção do consumidor (eleitor) em direção ao produto oferecido (o candidato) faz valer a idéia do convencimento do “outro”, ou seja, do receptor, através de “verdades que vão ao encontro de verdades já reconhecidas pelo receptor” (DUTRA, 2005).

Nesse sentido, a mídia e a política, como qualquer proposta comunicativa, tem modos específicos de se dirigir ao seu público, de interpelá-lo, de criar seus receptores, de estabelecer um diálogo com eles; disso dependerá a sua aceitação ou rejeição, seu êxito e seus índices de aprovação, traduzidos em audiência ou voto. Cada emissor elabora seu “outro”, imagina, deseja e institui seu público alvo de formas diferentes, conscientes de que precisa oferecer algum diferencial para que o público opte por eles (NATANSOHN, 2005). Essas modalidades específicas conformam o que é conhecido como modo de endereçamento, que tem a ver com o que, em semiótica, se denomina “contrato de leitura” (VERÓN, 1985), isto é, a forma através da qual os emissores interpelam aos seus públicos como sujeitos do seu discurso.

Ao observar, por exemplo, o tratamento dado à Amazônia durante a recente campanha presidencial, mais especificamente focando as falas dos candidatos sobre a Amazônia durante os debates televisivos realizados no segundo turno das eleições de 2006, evidenciam-se, de forma emblemática os elementos do “contrato de leitura” entre enunciador e receptor. De início, é possível perceber duas regularidades nos discursos de ambos os candidatos. A primeira delas, dominante, é a grande ausência da “Amazônia” enquanto tema eleitoral, com toda a complexidade dos dilemas e desafios ao seu desenvolvimento. A segunda é a centralidade ambiental. Somente na última semana da campanha eleitoral, no último dos quatro debates de televisão realizados no segundo turno a Amazônia entra na pauta, reduzida a sua classificação notória, ou seja, circunscrita, e apenas taticamente, à questão florestal (o factóide de Alckimin que acusava Lula de “privatizar a Amazônia” e a disputa entre quem desmatou mais, governo FHC ou Lula). Tal centralidade ambiental, se compatível com as representações históricas apropriadas pelo senso comum e portanto factíveis como escolha do discurso político e midiático, tem na verdade um caráter efetivamente contraditório se considerar-se a dimensão dos dilemas do desenvolvimento regional sustentável e, de forma mais específica, o intenso processo de urbanização que vem se dando na região.

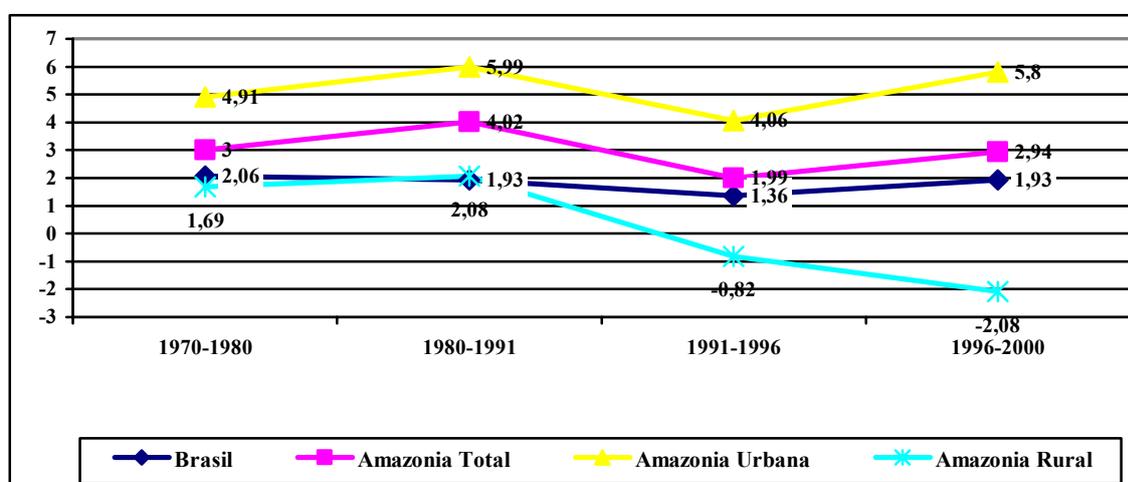
## II. Elementos urbanos da Amazônia “real”

Ao lado de sua megadiversidade ambiental<sup>4</sup> presente na escala continental de suas florestas tropicais e de sua enorme diversidade étnica e cultural, a Amazonia Brasileira ou Amazônia Legal<sup>5</sup> tem sido predominantemente urbanizada desde pelo menos 1980 (BROWDER;GODFREY, 2006). A maioria de seus 20 milhões de habitantes, assim como crescentes proporções das populações dos países vizinhos, refletindo um fenômeno crescente e dinâmico na América Latina, vive atualmente em cidades (ARAGON, 2005; REY, 2002).

Segundo Rocha (2005), com base em estudo realizado pela SUDAM/PNUD (2001), nas últimas três décadas, a região sofreu um intenso processo de inversão demográfica, quando a população urbana na Amazônia Brasileira passou de 35,7% para 68,2% . Ao contrário da enorme transformação urbano-industrial ocorrida no país, em especial no Sudeste, nos anos 60, as dinâmicas da rápida urbanização da Amazônia, são desarticuladas do processo de industrialização regional. Segundo Browder & Godfrey:

[...] com exceção de alguns enclaves de atividades industriais nas principais áreas metropolitanas, a indústria é virtualmente inexistente na Amazônia. A contrário, a urbanização está inextricavelmente interconectada com a exploração dos recursos naturais e com as migrações para os assentamentos de fronteira. A Amazônia também funciona mais como uma extensão de alto custo do mercado consumidor interno do que como uma área de produção no Brasil (2006, p.32)

O ritmo de crescimento populacional na região ilustra bem o fenômeno de despovoamento do campo observado nos últimos 30 anos. Enquanto a população urbana apresentou um ritmo sempre positivo, chegando, entre 1996 e 2000, a uma taxa de crescimento de 5,8%, a população rural, de 1970 a 2000, teve crescimento declinante, passando de 1,69 à taxa negativa de -2,08 no período (figura 1).



Fonte: SUDAM/PNUD (2001). In: ROCHA, 2005, p.22, alterado pela autora.

Figura 1. Taxa de Crescimento populacional da Região Amazônica por situações de domicílio e do Brasil – 1970-2000.

De forma geral, observa-se uma tendência das capitais estaduais da região Norte de concentrar expressiva população. No ano 2000, duas de suas cidades, Belém e Manaus, atuando como metrópoles regionais, já ultrapassavam a casa de um milhão de habitantes. Segundo Pereira (2006), nas capitais estaduais está concentrada 30% da população regional, todas com grau de urbanização acima de 95%, com exceção de Porto Velho (81,8%) e Rio Branco (89,4%), conforme tabela abaixo reproduzida.

Tabela 1: Populações das Capitais da Região Norte - 2000

<b>CAPITAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>URBANA (A)</b>	<b>RURAL (B)</b>	<b>A/B</b>
<b>Belém</b>	<b>1.280.614</b>	<b>1.272.354</b>	<b>8.260</b>	<b>99,4%</b>
<b>Boa Vista</b>	<b>200.568</b>	<b>197.098</b>	<b>3.470</b>	<b>98,3%</b>
<b>Macapá</b>	<b>283.308</b>	<b>270.628</b>	<b>12.680</b>	<b>95,5%</b>
<b>Manaus</b>	<b>1.405.835</b>	<b>1.396.768</b>	<b>9.067</b>	<b>99,4%</b>
<b>Palmas</b>	<b>137.355</b>	<b>134.179</b>	<b>3.176</b>	<b>97,7%</b>
<b>Porto Velho</b>	<b>334.661</b>	<b>273.709</b>	<b>60.952</b>	<b>81,8%</b>
<b>Rio Branco</b>	<b>253.059</b>	<b>226.298</b>	<b>26.761</b>	<b>89,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.895.400</b>	<b>3.771.034</b>	<b>124.366</b>	<b>96,8%</b>

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001). In: MATOS PEREIRA, 2006, p.37.

Ao traçar um mapa regional dos atuais centros urbanos em seu livro *Cidades na Floresta*, recém publicado em português pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM, 2006), Browder & Godfrey revelam a concentração de cidades na região do Baixo Amazonas, próximo à Belém, e no Médio Amazonas, estendendo-se entre Manaus e Santarém. Segundo os autores, a rápida e recente urbanização da Amazônia refletiria em parte “o crescimento contínuo das principais cidades, Belém e Manaus, cada qual tornando-se o centro de uma extensa região metropolitana” (2006, p.23). No entanto, ainda assim, apontam os autores, a expansão recente mais expressiva da rede de cidades na região aconteceu nos assentamentos do interior. No Pará por exemplo, de acordo com dados do estudo SUDAM/PNUD (2001, apud ROCHA, 2005), ao contrário do estado do Amazonas, onde Manaus ampliou em 30 anos sua participação relativa no total da população do estado (de 32,4% em 1970, para 49,4% em 2000), não foi a capital mas as cidades médias paraenses, como Santarém, Marabá e Castanhal, que mais ampliaram a participação de sua população em relação ao total do estado.

Belém, no mesmo período, diminuiu sua população em relação ao estado, de 28,8% para 20,7%.(ROCHA, 2005, p.145).

Essa recente expansão urbana rumo às médias cidades é também foco do estudo de José Carlos Matos Pereira (2006) sobre a rede urbana regional. Segundo o autor, ao contrário do que vem acontecendo no Sudeste do país, na Amazônia, as cidades médias apresentam “precária qualidade de vida, um grande número de trabalhadores desempregados, desqualificados e empobrecidos” (p.45). É preciso salientar que, conforme discute Pereira, o que se entende hoje por cidades médias vai além do simples contingente populacional, até estão estabelecido entre 100 a 500 mil habitantes. “Distanciamento de áreas metropolitanas, situação geográfica favorável, capacidade de retenção da população migrante, papéis político preponderante e estrutura para ofertar bens e serviços são características” que configuram o perfil do que seja hoje uma cidade média. Jan Bitou (2006), do Observatorio de Cidades de Pernambuco, por sua vez, elege a capacidade de se colocarem como “centros de serviço” como atributo principal da própria definição de cidades, não importando seu tamanho.

É consenso entre inúmeros autores que os motivos desta expansão urbana rumo às médias e também pequenas cidades, tem como base, a partir dos anos 70, os programas de integração econômica, com a implantação dos novos eixos e redes de articulação regional, patrocinados ou viabilizados pelo Estado, em conjunto com o capital privado (ROCHA; PEREIRA; BROWDER; MENDES, MACHADO). A desconcentração urbana seguiu a ampliação do número de cidades nas margens das rodovias ou vinculadas diretamente à projetos de colonização e projetos de infra-estrutura e técnico-econômicos, como coloca Rocha (2005), chegando entre 1991 e 1997 a um incremento de 213 cidades na Região<sup>6</sup>. Nesse sentido, as migrações tiveram uma participação acentuada no impulso à urbanização regional, não mais como se pensava, a partir da expansão da fronteira agrícola, mas pela constatação, segundo Sawyer (1987, p.46) de que “a fronteira agrícola transformou-se em fronteira urbana”.

Em seu artigo *Fronteira e Urbanização Repensadas*, de 1985, Bertha Becker já reconhecia as transformações urbanas no interior da Amazônia. Mais tarde (1992), cria o polêmico conceito da Amazônia como uma *Selva Urbanizada*, apontando o rápido crescimento das cidades da Amazônia Oriental como “efeito externo de uma política de valorização fracassada, que dissolve as estruturas sociais tradicionais sem abrir perspectivas de modernização” (1992, p.535). Em seu recente livro “Amazônia, Geopolítica na virada do III Milênio” (2004), Becker vai repolemizar a validade do conceito de “fronteira”, defendendo a tese de que a fronteira anteriormente mineral e agropecuária não é mais uma fronteira, “e sim

uma região de povoamento consolidado, integrado ao tecido produtivo nacional” (BECKER, 2004, 146)<sup>7</sup>, a qual carece de políticas públicas capazes de “focalizar a consolidação do desenvolvimento, dando suporte à intensificação das atividades dinâmicas não predatórias e à recuperação de áreas alteradas” (Idem, p.147).

### ***Realidade precária das cidades amazônicas***

A urbanização, reconhecida como um processo social através do qual populações acabam por se concentrar em grandes comunidades – cidades – organizadas sobretudo em torno da produção de serviços e bens acabados (JOHNSON, 1995)- tem sido considerada, de forma geral, “fonte indutora de grandes transformações no modo de viver do homem, com crescente repercussão na qualidade de vida das coletividades envolvidas” (MACHADO, 2005, p.177). Tais repercussões, dependendo das condições estruturais que cercam o processo de urbanização, podem ser promissoras ou nocivas, ou ambas as coisas, na medida em que sua repercussão é heterogênea, ou seja, os diferentes grupos humanos agregados no espaço urbano sofrem seus efeitos de forma diversa, dependendo dos diferentes contextos sociais - ambientais, condições socio-econômicas, valores culturais e condicionantes políticos - que conformam suas existências<sup>8</sup> (2005, p. 179).

As cidades da Amazônia, de forma geral, sofrem com a falta de infra-estrutura urbana adequada, o que se evidencia de forma dramática na baixa cobertura de abastecimento de água e quase ausência de rede de esgoto. De acordo com dados divulgados pelo PNUD (2005), a região Norte do Brasil tem condições de saneamento piores que as de países africanos como Somália e República Democrática do Congo, que ainda vivem grande instabilidade interna, e até mesmo Etiópia, onde segundo Relatório de estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizado em 2002, mostra as piores condições de saneamento (6%). Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2004), feita a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) apenas 5% dos domicílios no Amapá e 5,1% em Rondônia, por exemplo, são adequados do ponto de vista do saneamento. Ou seja, os estados da região Norte possuem piores condições de saneamento que os países mais pobre do mundo.

Esta é uma realidade que atinge mesmo as metrópoles amazônicas. Estudo de Moura e Santos (2000) mostra, segundo dados de 1996, que em Manaus, município que concentra 50% da população total do Estado, com um elevadíssimo grau de urbanidade (99,4% da população manauara reside em áreas urbanas) e que abriga atividade industrial de alta tecnologia (Zona Franca), apenas 2,3% da população de cerca de 1 milhão e 300 mil habitantes é atendida por abastecimento de água, somente 2,5% tem coleta de esgoto e 43% dos dejetos domésticos produzidos são despejados diretamente nos igarapés. Cenário ideal para a proliferação de

doenças infecciosas e parasitárias, ainda hoje a principal causa da mortalidade de crianças menores do que cinco anos no país.

A estrutura de mortalidade por causa oferece informações que melhor captam essa dimensão ambiental (HOGAN, 1999) e as transformações urbanas. Como se sabe, doenças diarreicas, por exemplo são relacionadas às precárias condições socioeconômicas mas também à qualidade da água. Já as doenças cardíacas ou o câncer são relacionados à um sem número de substâncias químicas, através da alimentação, referentes à um modo de vida onde o estresse da modernidade urbana tem lugar cativo (Idem). O que pode se perceber é que, nas grandes metrópoles amazônicas, ao lado da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, que continuam altas, ainda que com tendência de declínio, já aparece de forma acentuada e crescente os fatores típicos das grandes cidades.

Em Manaus, por exemplo, estudo de Souza e Moura (2000) indica um significativo crescimento dos óbitos causados por acidentes de trânsito e homicídios. Explicam eles: “A criminalidade suburbana, o desrespeito ao Código Nacional de Trânsito (...) e a falta ou ineficiência da sua fiscalização, o aumento da violência doméstica, etc, acabam por determinar um novo quadro na mortalidade urbana” no município de Manaus. Em Belém, conforme estudo de Maria das Dores Machado (2005), não é muito diferente:

Durante as últimas quatro décadas, período de intensificação de sua urbanização, aumentou para os belenenses o perigo de adoecer e morrer tanto por doenças atribuídas ao subdesenvolvimento (infecciosas, parasitárias e carenciais), originadas na escassez e na pobreza, quanto àquelas atribuídas ao desenvolvimento (crônicas não transmissíveis –DCNT – homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e outros provocados pela violência), associados ao estresse oriundo do estilo de vida urbana, aos fatores ambientais, às mudanças psicossociais e à desintegração sócio-cultural.(MACHADO, 2005, p.178)

## **Conclusões**

O que se pode concluir é que muitos problemas urbanos na Amazônia Brasileira continuam intocados e se avolumam, incluindo deficiências de toda ordem em infra-estrutura, serviços de saúde e sociais, crescimento de favelas, poluição, desemprego<sup>9</sup>. Tal opacidade do urbano parece como *justificada* pelas representações presentes nos relatos que ao longo do tempo construíram o senso comum sobre essa imagem de “Amazônia”. Uma imagem idealizada, mítica, que permeia, de forma distinta, os múltiplos discursos sobre a região. Esse novo cenário urbano da Amazônia precisa ser (re)lido para poder então ser (re)considerado. Como já foi dito, inquietações quanto ao enfrentamento e superação dessa pretensa dicotomia centralidade ambiental x invisibilidade urbana na Amazônia começam a ganhar corpo nas agendas de pesquisa. Como diz Castro (2006), o desafio novo é vencer dicotomias, é superar

as formas simplistas e analisar o urbano para além das aparências. É entendê-lo como parte inseparável na dinâmica territorial composta também por estruturas rurais e silvestres.

## NOTAS

---

---

<sup>1</sup> O Seminário Internacional “Cidades na Floresta” foi organizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Observatório COMOVA (Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (FASE/UFPA) e realizado em Belém, de 29/11 a 01/12 de 2006.

<sup>2</sup> As teorias do mito no século XX podem ser divididas em psicológicas (Freud, Jung), funcionalistas (Malinowski), estruturalistas (Leach, Barthes) e políticas (Sorel). (OUTWAITE&BOTTOMORE, 1996).

<sup>3</sup> “A Terra do Meio é uma das últimas áreas de floresta amazônica relativamente intacta no Estado do Pará, estendendo-se por cerca de oito milhões de hectares entre os rios Xingu e Tapajós, no Pará; faz fronteira com as terras indígenas – Arara, Kararaô e Cachoeira, Serra do Iriri ao norte, com a estrada Cuiabá/Santarém a oeste, com o Xingu a leste, com as terras indígenas Kaiapó ao sul. Esta região permaneceu intacta até poucos anos atrás, porém o desmatamento se aproximou das fronteiras através da construção de várias estradas ao norte, a leste e a oeste desta região, e ultimamente os jornais têm noticiado uma série de problemas associados a esta nova área de fronteira agrícola. Recentemente, houve uma grande pressão na região da terra do meio devido à expansão de agricultura, pecuária e extração de madeira, resultando em profundos conflitos sociais pelo uso inadequado da ocupação da terra”. (FERREIRA, Leandro. Seminário Terra do Meio: poder, violência e desenvolvimento. Museu Emilio Goeldi. Belém. 28 de Abril de 2003. *Idéias e Debates*. N.7. 2004)

<sup>4</sup> Em termos de biodiversidade amazônica, estudos indicam que nada menos que 10% das espécies existentes sobre a Terra estão concentradas em 6,7 milhões de km<sup>2</sup> de florestas contínuas em que sobrevive metade das florestas tropicais do mundo. São mais de 40.000 espécies de plantas, 435 de mamíferos (9% do total mundial), 1.300 aves e algo entre 3.000 e 9.000 de peixes de água doce (30% do total mundial). *Ciência & Ambiente*, n. 31, Dezembro de 2005.

<sup>5</sup> Definida pela Lei 1806 de 1953, que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região Norte (Amapá, Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) e mais o estado de Mato Grosso e parte do estado do Maranhão (a oeste do Meridiano 44).

<sup>6</sup> “Pequenos núcleos populacionais que não eram considerados urbanos em 1991 passaram a ser urbanos em 1997 pela criação de novos municípios, ou seja, passaram a ser consideradas cidades em função de se constituírem, a partir de então, em sedes municipais. Esse processo foi especialmente intenso em Rondônia, que passou de 23 para 52 municípios, no Amapá que passou de 9 para 16 municípios, em Roraima que passou de 8 para 15 municípios, no Pará que passou de 105 para 143 municípios e Tocantins que passou de 79 para 139 municípios” (ROCHA, 2005, p.145).

<sup>7</sup> A fronteira urbana consolidada – que corresponde ao arco povoado do sul e leste da floresta - envolvendo as grandes extensões do cerrado do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão e as áreas desmatadas do sudeste do Pará, Rondônia e sul do Acre. Trata-se, segundo Becker, de uma macro-região que concentra hoje o “cerne da economia regional”, onde a “produção predomina sobre a conservação” e que, portanto demandaria políticas públicas capazes de “focalizar a consolidação do desenvolvimento, dando suporte à intensificação das atividades dinâmicas não predatórias e à recuperação de áreas alteradas” (Becker, p.147).

<sup>8</sup> Alguns números que ajudam a dimensionar a complexidade da Amazônia: uma área com 61% da área total do país, com 12% de sua população e só 6,5% do PIB; com uma renda per capita pouco maior que a metade da renda per capita nacional e uma concentração de renda maior do que no Brasil (PINTO, 2005).

<sup>9</sup> O número de trabalhadores formais na Amazônia, com carteira assinada é de 1.1 milhão, o que representa cerca de 4% do mercado formal brasileiro (CAGED, MTE, 2000).

## **Bibliografia:**

BECKER, Bertha. Desfazendo Mitos: Amazônia uma Selva Urbanizada. In: ARAGÓN, Luiz E. (Org). *Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992. pp. 523-562.

---

---

\_\_\_\_\_. Fronteira e Urbanização Repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, n.47, v.3/4, p.357-371, 1985.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

BROWDER, John O. E GODFREY, Brian J. *Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Tradução de Gisele Vieira Goldstein. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006. 384 p.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiros sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP, São Paulo, 2002. 187 p. Disponível em [http://www.Dissertação\\_Magali\\_Saber\\_USP.pdf](http://www.Dissertação_Magali_Saber_USP.pdf) Acessado em 05.11.2006.

CASTRO, Edna. Palestra realizada durante Mesa redonda Terra do Meio: poder, conflitos e desenvolvimento. Museu Emílio Goelsi, 28 de Abril de 2003. Publicada em *Idéias e Debates*; n.7. 2004. 37p.

COSTA, F. de A (1997): *Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia-* Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável ( uma contribuição para a Amazônia 21)/Tereza Ximenes (Org.). Belém Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Associação de Universidades Amazônicas.657p:II

CUNHA, Euclides. prefácio do livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel In: *Parcerias Estratégicas*, n.12, Setembro de 2001. p.329-30. Disponível em <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/19Euclides.pdf>

DUTRA, Manuel Sena. *A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...* Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005, 279 p.

\_\_\_\_\_. *Amazônia: antigas e novas representações*. In: Dutra, Manuel. O Pará dividido. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERNANDES, Marionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, M e GUERRA, L.(Orgs). *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: UNAMAZ, 2003. pp.131-169.

GONDIN, Neide, *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

LOUREIRO, João Jesus de Paes. *Cultura Amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995. 448 p.

MACHADO, Maria das Dores de J. Uma metodologia para medir diferenças intra-urbanas de saúde. In: Aragón, Luiz E. (org). *Populações da PanAmazônia*. NAEA/UFPA/UNESCO: Belém, 2005. pp177-189.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra "invenção" da Amazônia: Religiões, Histórias, Identidades*. Belém: Cejup, 1999. 283 p.

MEDEIROS LAHUERTA, F. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (64). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>> [ISSN: 1138-9788]

---

---

OLIVEIRA, Sonia e SIMÕES, Carlos. *Meio Ambiente urbano: mortalidade na infância, saneamento básico e políticas públicas*. ABEP: Caxambu, 2006.

PEREIRA, José Carlos M. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional. In. DUARTE CARDOSO, Ana C. (org). *O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. pp.23-54.

PNUD/ BRASIL. *Em esgoto, região Norte é pior que África*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/saneamento/reportagens/index.php?id01=1016&lay=san> Acessado em 10 de Dezembro de 2006.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 5ª Ed. Revista. Manaus: Editora Valer, 2001.

REY, Franz G.; MUÑOZ, Luiz E.A.; CARDONA, Carlos A.S. *Perfiles Urbanos en la Amazonia Colombiana: un enfoque para el Desarrollo Sostenible*. Bogotá, Colômbia: Instituto Amazônico de Investigaciones Científicas, SINCHI, 2003. p.260.

ROCHA, Gilberto de M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: Aragón, Luiz E. (org). *Populações da PanAmazônia*. NAEA/UFPA/UNESCO: Belém, 2005. pp. 141-152.

SANTOS, Carlos. A.dos e MOURA, Helio A.A *Mortalidade por Causas Externas no Município de Manaus*. ABEP: Caxambu, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Meeting the MDG drinking-water and sanitation target: A mid-term assessment of progress . Disponível em: [http://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/monitoring/jmp2004/en/](http://www.who.int/water_sanitation_health/monitoring/jmp2004/en/)